

Pós-modernismo e neoliberalismo: duas facetas ideológico-políticas de uma pretensa nova era

Marcelo Dias Carcanholo*
Grasiela Cristina da Cunha Baruco**

Resumo:

Este trabalho procura criticar o pensamento pós-moderno em algumas de suas categorias principais, como sociedade pós-industrial e pós-classista, tendo como base a análise de Marx para o funcionamento do modo de produção capitalista. O objetivo é mostrar como o pensamento, o discurso e a prática política do pós-modernismo estão adequados tanto com a fase histórica específica, representada pelo neoliberalismo, como com o conteúdo do capitalismo em si. A conclusão é a de que, como consequência, o pós-modernismo, mesmo quando se pretende crítico, não é uma alternativa teórica e nem política ao capitalismo.

Nas últimas décadas do século XX, num contexto de hegemonia teórica, ideológica e política de teses com inspiração liberal, surgem os anunciadores do "fim" e, como consequência, do 'pós'. Muitos desses anúncios são freqüentemente associados às chamadas teses pós-modernas. Considerando aqui a heterogeneidade existente entre os que exaltam e os críticos à 'condição pós-moderna', alguns a defendem como sendo uma nova forma de sociabilidade, isto é, um modo de produção pós-capitalista, enquanto outros tratam-na como uma nova etapa do capitalismo, que deixou para trás a modernidade.

A condição pós-moderna costuma ser apresentada, tanto por seus defensores, como por seus adversários, de maneira bastante heterogênea. Uns a defendem, de forma mais incisiva, como uma nova etapa da sociabilidade humana, calcada

* Professor da Faculdade de Economia da UFF.

** Doutoranda do PPFH-UERJ.

em um novo modo de produção que, no limite, poderia já ter suplantado o capitalista. Viveríamos, portanto, em uma sociedade pós-capitalista. Outros, menos pretensiosos, tratam a condição pós-moderna como uma nova etapa da sociedade capitalista, onde os valores característicos da época moderna teriam sido superados.

Callinicos (1993) constata que o pós-modernismo representa a convergência de três movimentos culturais diferenciados:

(i) modificações ocorridas no campo das artes durante as últimas décadas, em favor da heterogeneidade de estilos, recorrendo à cultura de massas e, de uma forma bastante específica, ao passado;

(ii) certa corrente de filosofia enquanto expressão conceitual dos temas explorados pelos artistas contemporâneos, conhecida, por alguns, como corrente pós-estruturalista, tendo em sua base o pensamento de Deleuze, Derrida e Foucault, que, embora com diferenças, enfatizaram o caráter fragmentário, heterogêneo e plural da nova realidade;

(iii) essa “nova” arte e filosofia que refletem, de fato, modificações ocorridas no mundo social, englobadas por autores como Daniel Bell e Alain Touraine na categoria de sociedade pós-industrial.

Assim o pós-modernismo seria entendido como uma conjugação, evidentemente com fissuras e distintas interpretações nos mais diversos autores, da arte pós-moderna com a filosofia pós-estruturalista e a teoria da sociedade pós-industrial. A esta conjugação destes três movimentos que Callinicos faz referência poderíamos acrescentar um quarto: o pós-marxismo.

Mas, o que vem a ser uma sociedade pós-industrial? A noção de sociedade pós-industrial traz ao mesmo tempo uma caracterização da sociedade nos novos tempos, principalmente a partir da segunda metade do século passado, portanto uma nova fase em termos de periodização, e uma proposta de interpretar essa nova fase. Tratar-se-ia, em primeiro lugar, de constatar que a sociedade cada vez mais empregaria o seu trabalho no setor de serviços e cada vez menos no setor industrial, de forma que o processo produtivo guardaria menos relação com as características do processo fabril, e a nova era seria caracterizada justamente pela lógica dos serviços. Sai de cena a fábrica moderna, aparecem o comércio/consumo, as finanças, o lazer, o ensino, a pesquisa científica como bases da nova era. Esses processos produtivos pós-modernos não exigiriam mais fábricas com linhas de montagem, mas processos programados pela tecnociência – daí o papel central, para este tipo de pensamento, da 3ª. Revolução Tecnológica, baseada na microeletrônica – que demandam a crescente implementação de sistemas de informação computadorizados¹. A era moderna caracterizou-se pela

¹ A perspectiva pós-moderna parece emprestar aqui a idéia de Habermas de que a característica essencial/ontológica do ser humano não seria sua capacidade de trabalho, em distinção aos outros animais, mas sua peculiar capacidade de comunicação. Neste sentido, para o pós-modernismo um

industrialização, a pós-moderna por ser uma sociedade do consumo, dos serviços.

Isso implica que a ciência virou apenas um jogo de linguagem, aliás, como vários outros tipos de linguagem, não possuindo, portanto, nenhum privilégio interpretativo. Todo jogo de linguagem, toda narrativa, seria assim equivalente às outras, não sendo aceitável, portanto, nenhuma metanarrativa totalizante. Nenhum discurso que se pretenda interpretar a totalidade dos fenômenos seria adequado, uma vez que ele não é o único e, por consequência, incapaz de representar as diferenças e especificidades não só das diferentes realidades, mas também das diferentes formas de interpretar/representar essas realidades.

Assim, de uma concepção do que seria a sociedade pós-industrial, o pós-modernismo passa para a negação de toda perspectiva totalizante e para a afirmação da efemeridade e da fragmentação, do descontínuo e do caótico. O pós-modernismo aceita por isso (i) a instrução de Foucault de rejeitar os sistemas, as unidades, a uniformidade, afirmando os arranjos móveis, os fluxos, a diferença, o múltiplo, e, (ii) a ênfase no caráter caótico da vida (pós) moderna, ao mesmo tempo em que se torna impossível tratá-lo a partir do pensamento racional – herança do pensamento de Nietzsche. Daí a repulsa do pós-modernismo a qualquer prática e/ou teoria totalizante.

A modernidade, para o pós-modernismo, teria como base a produção sustentada na grande indústria e, como hoje em dia, o consumo e os serviços teriam um espaço mais abrangente na sociedade do que a produção fabril, estaríamos em uma nova era: pós-moderna. Não valeriam mais as teorizações que construíam seus argumentos sobre o capital, capitalismo, valor, trabalho produtivo, sujeito revolucionário, etc., a partir da lógica industrial, fabril. Em outras palavras, a morte da era moderna implicaria a morte de Marx, assim como a de qualquer metanarrativa totalizante. Além do mais, como as sociedades pós-modernas são constituídas com uma base tecnológica nova, onde a lógica da produção e, principalmente, do consumo cada vez mais rápido e efêmero, a compressão do espaço-tempo, em todas as esferas, seria mais uma característica marcante desta nova era pós-moderna.

Detenhamo-nos um pouco no pensamento de um daqueles que acabou de ser morto (mais uma vez!) pela mudança dos tempos modernos para os pós-modernos. Em Marx, o capital é um valor que se valoriza, que produz um valor a mais, de forma contínua (e cíclica) em seu processo de circulação. Para realizar esta, ele compra no mercado elementos que lhe possibilitem essa valorização, a produção desse valor a mais (mais-valia, como chamou Marx), para só em seguida retornar ao mercado realizando e, portanto, apropriando-se do valor produzido.

homem não seria, como em Marx, um ser social que produz e reproduz a sua existência, mas um ser com a capacidade inigualável da comunicação, da linguagem. A representação simbólica que se faz do objeto seria mais importante do que o próprio objeto.

Esse processo em que o capital enquanto conteúdo circula, assumindo distintas formas (capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria) é chamado por Marx de ciclo do capital. Como Marx mostrou na seção II do livro II de *O Capital*, a redução do tempo de rotação do capital, seja na esfera produtiva, seja na esfera da realização (consumo), seja no comércio, seja nas finanças (uma vez que o capital inicial D pode ser obtido por meio de empréstimo no mercado de crédito), isto é, em todas as esferas da sociabilidade capitalista, não é algo que contrarie a lógica do capital industrial. Ao contrário, para o desgosto dos pós-modernos, produzir, realizar, consumir, comprar mais rápido, não é uma novidade da era pós-moderna, mas uma característica do modo de produção capitalista, qualquer que seja sua fase histórica. O que, de fato, é uma característica da segunda metade do século XX é que o capitalismo acelerou esse processo, mas não foi para negar, senão para afirmar a sua lógica de valorização². Mas isso tudo, em Marx, só diz respeito ao capital industrial. Portanto, em uma era pós-industrial, não passaria de saudosismo esquerdista.

Entretanto, o mero crescimento do setor serviços, vis-à-vis o setor industrial, não nega nada do que Marx descobriu a respeito do funcionamento do capital (industrial), uma vez que este não se confunde com indústria e nem pode ser definido pela produção material, isto é, pela produção de valores de uso materiais. Muito do que é hoje chamado de setor serviços, constitui-se, na realidade, em capital industrial. Como visto anteriormente, este último se define quando um capital aciona meios de produção e força de trabalho com o fim de gerar e realizar a mais-valia. Logo, o que define o capital industrial e, portanto, o trabalho produtivo, é um critério de valorização, por intermédio de uma relação social, e não um critério de produção material. Não importa qual seja o valor de uso produzido/transformado no processo de produção, mas que este processo seja realizado com base nas relações sociais capitalistas, ou seja, que o capitalista pague o valor da força de trabalho e que o consumo do valor de uso desta gera a mais-valia. Portanto, grande parte do que é chamado setor serviços é capital industrial porque emprega trabalho produtivo e produz riqueza capitalista.

Além de afirmar a existência dessa sociedade pós-industrial, o que muitos autores pós-modernos fazem, adicionalmente, é advogar o fim das classes sociais, de forma que a sociedade pós-industrial seria, ao mesmo tempo, e pelas mesmas razões, uma sociedade pós-classista. De fato, se a teoria do valor de Marx teve, no melhor dos casos, uma validade histórica – enquanto durou a primazia da produção industrial – e o capital nada mais é do que uma relação social que divide distintas classes sociais, estas últimas teriam perdido a sua base de definição. O

² O mesmo poderia ser argumentado no que diz respeito à tese pós-moderna da compressão do espaço. Nada mais característico do capitalismo do que a incorporação de novos mercados ao seu processo de acumulação, sejam eles mercados geograficamente externos ao seu espectro, seja pela incorporação/ampliação de novos espaços dentro de sua geografia.

que dividiria os indivíduos em distintas classes sociais (capitalistas e trabalhadores) seria o posicionamento distinto na relação social fundadora do capital, a compra e venda da força de trabalho dentro da circulação do capital industrial. Como este não é mais preponderante, viver-se-ia uma fase da história pós-classista, em razão de ser também pós-industrial.

Como a relação entre a defesa do pós-industrial e do pós-classista é assim tão direta, o mesmo vale para a sua crítica. A incompreensão do que vem a ser classe social no pensamento de Marx tem as mesmas origens – vistas atrás – da incompreensão do que é capital industrial para esse autor³.

Se o pós-modernismo parte, dentre outras coisas, de uma crítica à idéia de sociedade industrial e, em específico, à teorização marxista do capital industrial, qual seria seu posicionamento frente ao substantivo capital, para além de seu rechaço à adjetivação “industrial”?

Em determinado momento de sua obra, Anderson (1999) mostra como, apesar de toda a heterogeneidade de posições dentro do pós-modernismo, algumas espécies de unidade são características desse campo de pensamento. Uma delas é o fato de se tratar de um campo ideologicamente consistente. O pós-modernismo passa a assumir uma postura de direita, isto é, de afirmação da ordem capitalista, ou, no melhor dos casos, de resignação frente a uma inexorável supremacia do capitalismo, ainda que contraditório.

A resignação pós-moderna seria fruto da derrota do socialismo real, isto é, da derrota de uma metanarrativa que se propunha alternativa frente à ordem capitalista. Ao “vitorioso”, o capitalismo, seria necessário reconhecê-lo – resignadamente – como uma realidade incontestável, contra o qual não poderiam ser construídas alternativas totalizantes. O que fazer frente a essa nova era pós-moderna? O pragmatismo parece ser a única resposta coerente para essa realidade.

Esta resposta de como o ser humano deve agir frente à nova condição pós-moderna foi claramente percebida por Harvey (2007: 55):

Mas se, como insistem os pós-modernistas, não podemos aspirar a nenhuma representação unificada do mundo, nem retratá-lo com uma totalidade cheia de conexões e diferenciações, em vez de fragmentos em perpétua mudança, como poderíamos aspirar a agir coerentemente diante do mundo? A resposta pós-moderna simples é de que, como a representação e a ação coerentes são repressivas ou ilusórias (e, portanto, fadadas a ser autodissolventes e autoderrotantes), sequer deveríamos tentar nos engajar em algum projeto global. O pragmatismo...se torna então a única filosofia da ação possível.

³ A discussão das classes sociais no pensamento de Marx é, de fato, muito mais complexa do que uma mera decorrência reflexa do posicionamento dos indivíduos no processo de circulação do capital, ainda que este seja sua base, seu conteúdo categorial. Para um tratamento mais rigoroso dessa discussão veja-se Bensaid (1999).

A primeira conclusão, assim, é a de que o pós-modernismo, ao rechaçar qualquer alternativa totalizante à ordem vigente, limita-se, em termos de posicionamentos políticos, às seguintes alternativas: (i) resignação/conformismo com a vitória histórica do capitalismo; ou então (ii) contestar a ordem vigente, mas não a partir de uma perspectiva totalizante, global, mas desde uma ótica fragmentada, com base nas múltiplas formas de identidade que existem na sociedade pós-moderna⁴.

Além disso, é preciso entender o pós-modernismo como um pensamento que surge a partir de determinada conformação histórica, e não como um conjunto de idéias soltas no ar, sem nenhuma referência com os processos históricos pelos quais passa a humanidade nas últimas décadas. Levando isso em consideração, é possível perceber como esse pensamento é parte de uma determinada fase histórica do capitalismo ou, em outros termos, de uma determinada forma de manifestação histórica do conteúdo-capital. Sendo assim, o que os pós-modernos tematizam – enquanto uma suposta novidade – não passaria de formas de manifestação, características e processos produzidos pelo próprio capitalismo. O irônico desta característica do pensamento pós-moderno é que se torna possível também entendê-lo dentro dos próprios termos com que Marx identifica a lógica do conteúdo-capital.

Nesse sentido específico, o pós-modernismo não representaria nenhuma novidade. A pós-modernidade não é uma nova era, uma nova sociedade (pós-industrial e pós-classista). A forma histórica, sobre a qual o pós-modernismo constrói as suas fundamentações, é produto do próprio capitalismo, em determinadas conjunturas histórico-sociais. Isso nos permite retirar mais duas conclusões a respeito do pensamento pós-moderno em sua relação com o capitalismo.

Em primeiro lugar, a defesa do pós-modernismo como uma nova era, para além do capitalismo, confunde uma determinada forma histórica com o seu conteúdo. Neste sentido, os pós-modernos

le otorgan rango “ontológico” a lo que no es más que un momento históricamente determinado del capitalismo: aquel donde se borran muchas solidaridades y barreras nacionales y se disuelven identidades sociales, consolidadas durante las etapas previas del capital. De este modo le atribuyen rango falsamente universal a una realidad social – por ejemplo la proliferación de discursos políticos fragmentados y aislados, la dispersión de los movimientos sociales,

⁴ A exasperação, para um lado ou para outro, nessa dualidade, pode inclusive ajudar a entender a dualidade “que existe entre aquilo que Habermas denomina pós-modernismo *anárquico* (desconstrucionismo e relativismo em destaque) e aquilo que ele chama de pós-modernismo *conservador*, a saber, que ambos despedem-se dos fundamentos autoconscientes da razão que caracterizam o espírito moderno em sua origem, o primeiro lamentando e o segundo aplaudindo a autonomia conseguida pela objetivação social desse espírito” (Paulani, 2005: 137).

la esquizofrenia de las antiguas subjetividades, etc. – que es bien particular y característica de esta etapa de la expansión del desarrollo capitalista. (Kohan, 2007: 04).

Nos termos de Kohan, é fornecido um estatuto “ontológico” a algo que não passa de uma fase histórica, particular, característica dos tempos neoliberais. Nesse sentido, trata-se de uma metafísica, pois suas verdades não têm nem tempo nem espaço (compressão do tempo-espaço), como se fossem universais e abstratas. Isto é o que define, também, o processo mistificador do pensamento pós-moderno, pois transforma uma etapa do desenvolvimento capitalista – que corresponde à ascensão e hegemonia do neoliberalismo – em uma nova era, um novo conteúdo, como se não tivesse nenhuma relação com o conteúdo capitalista que, aliás, lhe dá o sentido, histórico, político, ideológico e filosófico. Esconder esta relação com sua origem histórica, ao mesmo tempo em que hipostasia suas verdades, este é o caráter mistificador do pós-modernismo⁵.

Em segundo lugar, a afirmação exasperada e ahistórica que faz o pós-modernismo é a afirmação de uma forma específica de manifestação histórica do capitalismo, em última instância, uma afirmação e defesa do capitalismo. Ao defender a nova fase do capitalismo como uma nova condição inelutável, inquestionável e, pior, sem perspectiva de transformação social pós-capitalista, o máximo que se faz é questionar distintas formas de opressão, dentro do conteúdo mais geral do capitalismo, sem negar a contradição básica deste último entre o trabalho e o capital, e isso por uma razão muito simples: se é que esta contradição existiu um dia, ela não existe mais. Por quê? Porque vivemos em uma era pós-industrial e, portanto, pós-classista, o que nos levaria de volta ao ponto inicial.

Afinal de contas, se o pós-modernismo, por mais que desgoste, está ligado a essa fase – nova ou não – do capitalismo, que fase é essa? O que constitui o neoliberalismo e qual a sua relação com o capitalismo contemporâneo?

De acordo com Fiori (1997: 205-8), é possível identificar quatro etapas fundamentais da constituição da hegemonia neoliberal no século XX. A primeira etapa, que antecede a crise dos anos 1970, tem início no pós-segunda guerra, quando Hayek expõe seu pensamento no livro *O Caminho da Servidão*, uma das mais aguçadas críticas ao intervencionismo estatal de cunho igualitário que prevalecia nos *welfare states*. Embora suas idéias não tenham tido influência imediata no pós-guerra, graças ao sucesso das teorias keynesianas, seus discípulos da escola austríaca se encarregariam de transferi-las às outras gerações.

⁵ “Parte de la operación fetichista presupuesta por las diversas metafísicas “post” remite a una cuestión más teórica. Ese contenido que excede la mera forma literaria consiste en hipostasiar diversas instancias de la vida y las relaciones sociales, aislándolas, separándolas del resto, otorgándoles un grado superlativo de existencia por sobre el conjunto y, en lugar de ubicarlas como parte integrante de la totalidad social, se las termina convirtiendo en el único Dios todopoderoso que en su absoluta exclusividad explicaría la reproducción del orden social.” (Kohan, 2007: 13).

Um segundo momento do avanço neoliberal se dá a partir dos anos 1960, quando os discípulos de Hayek, e também do monetarista Milton Friedman, começaram a conquistar espaço acadêmico, sobretudo nos Estados Unidos. Nos anos 1960-1970, a produção destes teóricos se torna hegemônica nos meios acadêmicos norte-americanos. Os economistas formados nesse meio acadêmico assumiriam nos anos subseqüentes posições de destaque na condução da política econômica de diversos países latino-americanos.

A etapa seguinte se define pela passagem do neoliberalismo do plano teórico para o campo político, o que se concretiza com a chegada ao governo das forças liberal-conservadoras na Inglaterra, em 1979, com Margaret Thatcher; nos Estados Unidos, em 1980, com Ronald Reagan; e na Alemanha, em 1982, com Helmut Kohl. Para o caso inglês, as primeiras políticas de cunho neoliberal a serem implementadas foram a desregulação, a privatização e a abertura comercial. No entanto, estas idéias e as políticas delas resultantes, são incorporadas pelos organismos multilaterais, fundamentalmente FMI e BIRD, e implementadas nos países que recorrem a estas instituições, em especial periféricos.

A quarta etapa, no final dos anos 1980, se inicia com a crise do bloco de países comunistas, com o que o neoliberalismo, frontalmente oposto àquelas idéias, avança ainda mais. É também neste momento que o neoliberalismo se espalha pela América Latina, embora as primeiras experiências tenham ocorrido já na década de 1970, conforme o caso emblemático do Chile. Num primeiro momento, através da economia, no contexto da renegociação das dívidas externas latino-americanas, na qual a contrapartida por parte dos países era a aceitação das políticas e reformas de corte liberal. Num segundo momento, mesmo que de forma tardia, se assiste no plano ideológico a uma adesão das elites econômicas e políticas latino-americanas ao ideário neoliberal.

Por fim, acrescenta-se aqui uma quinta e última etapa, o da atual crise do neoliberalismo, ainda que não se trate de uma derrota, mas que existe como tal. Essa crise se deve à incapacidade das políticas neoliberais em retomar o crescimento/desenvolvimento econômico nos países que aderiram a esse receituário de políticas. Portanto, trata-se de uma crise que coloca em xeque tais políticas e, como resposta mais clara, leva a subida ao poder de vários governos na região latino-americana que, de forma mais ou menos acentuada, são eleitos a partir do descontentamento social com os resultados da estratégia neoliberal.

Assim, o neoliberalismo, enquanto discurso e posicionamento político-ideológico também parte da afirmação que a sociedade viveria uma nova era. Este novo mundo, sob a denominação de globalização, seria caracterizado pelo aumento no fluxo internacional de bens e serviços (globalização comercial), expansão das empresas transnacionais e de suas operações em distintos países, afirmação de uma nova (a terceira) revolução tecnológica (estes dois últimos aspectos conformariam

a globalização produtiva), e a maior integração e interpenetração dos mercados financeiros (globalização financeira).

Este novo mundo globalizado, fruto da vitória dos mercados sobre a regulação estatal da economia, característica tanto das sociedades capitalistas reguladas pelo keynesianismo, como das sociedades totalitárias do socialismo, conformaria novas características imperativas para a inserção das economias. Se o mundo está, presumidamente, em uma nova fase de maior inter-relação entre os mercados, qual é a (única) forma de inserção possível nesse novo contexto? A resposta, para este tipo de pensamento, não poderia ser mais óbvia: políticas de abertura (comercial e financeira) e desregulamentação dos mercados. Ou seja, o neoliberalismo seria a única forma de inserção possível dentro desse novo mundo globalizado.

Qual é a estratégia de (auto) afirmação da ideologia neoliberal? Afirmar a presumível existência de um novo mundo que apresenta justamente as características a partir das quais a única forma de inserção possível são justamente as políticas apregoadas por esse pensamento. Proceder-se da mesma forma mistificadora que o pós-modernismo. Já que se trata do mesmo procedimento hipostático e mistificador, seriam, portanto, o neoliberalismo e o pós-modernismo sinônimos, equivalentes?

De início, o que se pode constatar de forma mais óbvia é que os dois estão dentro do contexto histórico do capitalismo contemporâneo, ou seja, das últimas décadas, chame-se ele como se queira, globalização, mundialização, capitalismo neoliberal, capitalismo flexível, etc.

Essa casual coincidência histórica é mera aparência. Trata-se de duas facetas ideológicas e políticas dessa pretensa nova era, do capitalismo em sua fase contemporânea e, portanto, as duas são, como visto, parte e produto dessa fase histórica, ao mesmo tempo em que hipostasiam e mistificam essa relação. Para além dessa adequação ao contexto histórico, isso tem repercussões muito relevantes do ponto de vista político. Kohan (2007: 16-17) deixa isso mais do que claro quando conclui:

Por abajo, nos sugerían eludir o directamente abandonar la lucha por el poder; por arriba les decían que había que endurecer la dominación, la fuerza y el poder. Por abajo querían convencernos de mirar únicamente nuestros respectivos ombligos ... sin poder cruzar las miradas; mientras por arriba les facilitaban el camino para alcanzar una política global del mercado frente a la sociedad. De este lado, con la vista cada vez más restringida a lo micro y a la punta de los zapatos, del otro lado del muro de la dominación, cada vez más abarcadores de lo macro. Entre el “arriba” y el “abajo”, entre el posmodernismo y la mundialización neoliberal del capitalismo imperialista, entre el culto de la diferencia y la estandarización implacable del mercado capitalista existe una estrecha relación” (¿?)

Mesmo com essa relação clara entre o pós-modernismo e o neoliberalismo, ainda existiria uma aparente contradição entre a racionalidade micro, fragmentada, heterogênea, do primeiro e a lógica macro, totalizante, do segundo. Trata-se, também, de pura aparência. A explicação dessa aparência – para desgosto dos pós-modernos – está na teoria marxista do fetichismo. A lógica fetichista do capital combina de forma dialética a privatização da vida cotidiana, o culto à identidade micro e aos guetos, com a expansão totalizante e mundializada dos mercados globais, isto é, a postura pós-moderna com a lógica do capitalismo neoliberal e mundializado.

Como? Justamente pelo fato de que os trabalhos individuais só se tornam sociais, nesta sociabilidade do capital, através (por intermédio, pela mediação) das trocas entre os produtos do trabalho, no mercado; trocas estas realizadas por equivalentes, valores iguais. É a subordinação do individual ao socializado, pelo mercado. É o indivíduo subordinado ao produto do seu trabalho enquanto valor, que só se realiza no mercado. É o fetiche das mercadorias, com seu desdobramento dialético no fetiche do capital, que explica essa relação entre a lógica pós-moderna do micro com a racionalidade macro do mercado absoluto neoliberal.

Eagleton (1998) percebe isso quando situa o pós-modernismo enquanto uma ideologia historicamente determinada. Para esse autor, a nova fase do capitalismo, em específico a retomada do processo de acumulação do capital, após a crise de final dos 60's e início dos 70's do século passado, baseada, dentre outras coisas, em uma ideologia/prática neoliberal, requer dois sistemas contraditórios de justificação. Do ponto de vista político, requer-se uma “democracia” formal que proteja o contrato social, ou seja, a preservação do coletivo social, da sociabilidade assumida neste momento histórico. De outro ponto de vista, o econômico, requer-se uma atomização/casuística dos indivíduos que manifestam suas preferências individuais, especificamente na satisfação que adquirem no consumo.

Essa contradição se manifesta na apologia da soberania do consumidor, individual, atomizado, casuístico em suas escolhas, mas que, para tanto, necessita obrigatoriamente subsumir-se aos desideratos do próprio mercado, uma vez que, para consumir, é necessário possuir dinheiro, e, para isto, não há alternativa a não ser vender previamente algum produto do qual seja proprietário/produtor. Entretanto, se esse produto não possui aceitação social (demanda), a soberania do consumidor está fadada a restringir-se ao terreno das possibilidades não efetivadas. Que soberania do indivíduo é essa que só se efetiva em razão daquilo que o social (expresso, no capitalismo, pela divisão social e mercantil do trabalho) permite? Assim como a democracia, a soberania do indivíduo no consumo, valores tão caros à ideologia neoliberal, e ao pensamento pós-moderno, parece se restringir ao campo do meramente formal, vazio de conteúdo.

Ou seja, o pós-modernismo parece transitar entre uma prioridade na manifestação dos desejos individuais, o que se adequa perfeitamente à defesa neoliberal da sociabilidade mercantil, e a rejeição de qualquer valor pré-estabelecido, totalizante, no sentido de que molda e, portanto, restringe a totalidade dos comportamentos individuais, específicos.

Independentemente disso, o pós-modernismo, justamente por se negar a aceitar qualquer discurso/teoria/interpretação totalizante, não tem em sua formulação qualquer posicionamento crítico frente à sociabilidade capitalista, ao menos não enquanto um modo de produção com suas leis gerais de funcionamento e contradições político-econômicas que requerem, para ser contestadas/criticadas, de uma teoria/prática que dê conta justamente desse movimento total do capital. O máximo que se pode, dentro de uma perspectiva pós-moderna, é contestar as manifestações pontuais, específicas, destas contradições do capitalismo. Por quê? Justamente porque a perspectiva pós-moderna tem em sua base a fragmentação. Como o referente é o fragmento (indivíduo, região, localidade, etnia, raça, gênero, ecologia, etc.), e esses fragmentos vivenciam distintas formas de manifestação da contradição/opressão capitalista, eles devem assumir uma perspectiva crítica frente a essas manifestações. Por que não uma perspectiva crítica frente à totalidade do capitalismo? Porque a contestação, nestes marcos, se dá para defender o específico, o fragmentado. A rejeição à totalidade – inclusive à totalidade da perspectiva teorizante e da prática política – é um dos princípios pós-modernos.

Qual a vantagem ideológica da negação de perspectivas totalizantes? Seria exatamente o abandono dos “grandes objetos/objetivos” em favor da “história em migalhas”, como afirma Cardoso (2001: 89-90)

isto supõe uma sociedade fragmentada em subculturas, numa ausência de horizontes holísticos, coletivos, bem como da possibilidade de qualquer tipo de mobilização global. Daí todo o esforço feito desde 1974 e ampliado em 1989 para destruir um ‘grande objeto’ da história como a Revolução Francesa: estuda-se a revolução no cotidiano, como festa, como ritual, como cultura, ao mesmo tempo em que ela é descaracterizada *como revolução social*.

Qual a consequência disso? O modo de produção capitalista, enquanto um sistema realmente totalizante, nas suas possibilidades, limites e contradições, nunca é contestado. O que se combate são as suas formas de manifestação meramente pontuais, não a sua lógica, que é – queiram os pós-modernos ou não – total⁶. Não enfrentá-lo nessa sua característica objetiva, real, é equivalente a aceitá-lo,

⁶ “A força do conceito de mercado, portanto, reside em sua estrutura “totalizante”, como se diz hoje em dia: ou seja, em sua capacidade de oferecer um modelo de uma totalidade social” (Jameson, 1996: 290). O que Jameson constata para a sociedade e ideologia mercantis pode facilmente ser extrapolado para a sociedade e ideologia capitalistas.

resignadamente, como algo inevitável, inexorável, acabado, ahistórico.

Ora, é justamente essa a característica da ideologia neoliberal. Ela se apresenta como única forma de entendimento e proposição prática para a nova era, a globalização. Por quê? Porque as características da globalização, como visto, colocam apenas uma forma de inserção nessa nova realidade, uma única forma de pensamento. É assim que se apresenta o neoliberalismo. Não como uma nova forma de interpretar o mundo. Como a única forma de fazê-lo, ao menos a única que não é retrógrada, saudosista, utópica. Trata-se do pensamento único. Como o capitalismo liberal demonstrou-se vitorioso historicamente e, portanto, não há alternativas a essa sociabilidade, não existem alternativas ideológicas.

A hegemônica ideologia conquistada pelo neoliberalismo tem essa conformação. O capitalismo, enquanto um sistema global, não pode mais ser contestado. A globalização capitalista é uma realidade que veio para ficar. Não se contesta. Como o pós-modernismo se insere nisso? Aqui não importa tanto se alguma perspectiva pós-moderna consegue se contrapor à idéia hegemônica de que o capitalismo veio para ficar, ou que é impossível contestá-lo. O fato é que, para ser coerente com sua própria postulação e defesa da fragmentação, o pós-modernismo, na prática, não contesta o capitalismo como um sistema totalizante e global; multifacetado sim, mas com uma lógica geral de funcionamento que transcende o mero somatório de suas distintas formas de manifestação. A postura prática do pós-modernismo é de não contestar a lógica capitalista como ela de fato é. Deliberadamente ou não, a resignação pós-moderna equivale à defesa neoliberal de que é impossível contestar um sistema vitorioso e que veio para ficar. Assim, o pós-modernismo e o neoliberalismo se apresentam como duas facetas do propalado pensamento único. O irônico é que o segundo o faz justamente por suas pretensões totalizantes e hegemônicas, enquanto o primeiro se resigna a aceitar essa característica globalizante do capitalismo neoliberal justamente por indispor-se contra qualquer prática a partir da totalidade. Elementos de um mesmo pensamento único é um aspecto de identidade entre o pós-modernismo e neoliberalismo, mas certamente não é o único.

Se a condição pós-moderna, baseada na sociedade pós-industrial, é exercida (e regozijada) através dos prazeres obtidos a partir do consumo de bens, serviços, arte, etc., nada mais propício para essa manifestação do que o aprofundamento das relações mercantis. Nas relações mercantis o caráter social do ser humano não é obtido imediatamente a partir de relações sociais. O mercado é que faz a mediação entre os indivíduos e o caráter social de seus relacionamentos com seus semelhantes. Assim, ao mesmo tempo em que o mercado é a instância própria da realização do consumo, ele propicia o exercício – ainda que meramente aparente – da soberania do consumidor, individual, que não se submete a nenhum imperativo totalizante.

O pós-modernismo, assim como o neoliberalismo, não consegue perceber, neste ponto, algo que parece óbvio. Em primeiro lugar, a sociabilidade mercantil também é totalizante e opressora, no sentido de que obriga os indivíduos a se submeterem à sua lógica global, sob pena de negar a existência social a indivíduos que nela não participem, por vontade própria ou – o que é mais comum – pelo fato de que o sistema capitalista não consegue absorver toda a população que não tem outra alternativa para sobreviver, a não ser vendendo sua força de trabalho. Em segundo lugar, e relacionado ao anterior, a soberania do consumidor é aparente, falsa. Por quê? Porque o padrão de consumo não é criado subjetivamente pelo consumidor, mas moldado em grande medida por modismos e propagandas, criados pelo próprio capitalismo, de acordo com suas necessidades de valorização.

O aprofundamento das reformas neoliberais significa justamente a ampliação do campo de realização das quimeras pós-modernas e, na medida em que o primeiro leva à ampliação do processo de acumulação do capital, com todas as contradições que isto implica, a segunda se molda, encaixa, perfeitamente com esta lógica. Neoliberalismo como aprofundamento da lógica do capital e pós-modernismo como padrão cultural, estético e comportamental (inclusive na prática filosófica e política) adequado a isso; esta parece ser a real combinação conservadora dos novos tempos ⁷.

Bibliografia

- ANDERSON, Perry. (1999). *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BENSAID, Daniel. (1999). *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CALLINICOS, Alex. (1993). *Contra el postmodernismo: una crítica marxista*. El Ancora, Bogotá, Colombia. Disponível em http://www.socialismo-o-barbarie.org/actualizaciones_formacion/formacion.htm.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. (2001). Epistemologia pós-moderna: a visão de um historiador. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. e CIAVATTA, Maria. (Orgs.) *Teoria e educação no labirinto do capital*. 2ª. ed., Petrópolis: Vozes.
- EAGLETON, Terry. (1998). *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge

⁷ “A alocação de mercado e de terra de aluguel dessa espécie já enquadrando muitas paisagens urbanas em novos padrões de conformidade. O populismo do livre mercado, por exemplo, encerra as classes médias nos espaços fechados e protegidos dos *shoppings* e átrios, mas nada faz pelos pobres, exceto ejetá-los para uma nova e bem tenebrosa paisagem pós-moderna de falta de habitação” (Harvey, 2007:79).

Zahar Editor.

FIORI, José Luis. (1997). *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes.

HARVEY, David. (2007). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 16^a. ed. São Paulo: Edições Loyola.

JAMESON, Fredric. (1996). O pós-modernismo e o mercado. In: ZIZEK, Slavoj. (Org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto.

KOHAN, Néstor. (2007). Desafios actuais de la teoría crítica. *Anais do II Encontro Nacional de Política Social – IV Seminário de Práticas em Serviço Social*, UFES, Vitória.

Disponível em http://www.lahaine.org/amauta/b2-img/nestor_desa.pdf.

MARX, Karl. (1968). *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

PAULANI, Leda Maria. (2005). *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo Editorial.